



Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios: alegria com decisão do Supremo

Cai liminar que preservava sigilo de fundo de pensão

Atendendo pedido da CPI dos Correios, o ministro Sepúlveda Pertence, do STF, reconsiderou a liminar que impedia a divulgação dos dados sigilosos da Prece. Os trabalhos da CPI apontam que esse é o fundo de pensão que concentra mais irregularidades e que tem a maioria dos envolvidos identificados. **Página 2**

Relatório detalha denúncias sobre Visanet

A prestação de contas dos trabalhos da CPI dos Correios a ser apresentada hoje por Osmar Seraglio deverá trazer mais informações a respeito da Visanet, segundo adiantou o relator. **Página 2**

Senado vai examinar regras para edição de súmula vinculante

O projeto que regulamenta a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo STF será analisado pelo Senado no período de convocação. A proposta foi elaborada por comissão mista. **Página 4**



Waldemir Rodrigues



Para Luiz Otávio, emenda prejudicou municípios que "mereciam a autonomia"

Proposta dá autonomia a 55 novos municípios

O Plenário do Senado deverá analisar, durante a convocação extraordinária, a proposta de emenda à Constituição que regulariza 55 municípios cujos processos de criação foram interrompidos pela Emenda Constitucional 15/96. A proposta é do senador Luiz Otávio. **Página 4**

Comissão Representativa, que acolheu ontem 19 projetos de créditos suplementares, volta a se reunir hoje, mas PFL ameaça obstruir votações se oposição for discriminada

Congresso aprova créditos de R\$ 9,8 bi



Renan Calheiros (sentado ao centro, ao lado de Fernando Bezerra) preside a reunião da Comissão Representativa do Congresso

Reunida pela primeira vez nesse período de convocação extraordinária, a Comissão Representativa do Congresso aprovou ontem 19 pedidos do Executivo de abertura de créditos para ministérios e órgãos da administração pública. Os recursos beneficiam especialmente a Previdência Social, o combate à fome e as Forças Armadas. O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que o Orçamento de 2006 deverá ser incluído na pauta em janeiro. **Página 3**

Recesso parlamentar pode ser reduzido

Projeto reduz a duração do recesso do Congresso e veda ajuda de custo por convocação extraordinária. **Página 2**



Roosevelt Pinheiro

Moreira Mariz

Waldemir Rodrigues

José Cruz

Segundo a CPI dos Correios, fundo de pensão dos funcionários da Cedae é o que concentra mais irregularidades e que tem a maioria dos envolvidos identificados

STF reconsidera liminar que preservava sigilo da Prece

O ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal (STF), reconsiderou a liminar que impedia a divulgação dos dados sigilosos da Prece – fundo de pensão dos funcionários da Cedae (Companhia de Água e Esgoto do Rio de Janeiro), uma das instituições investigadas pela CPI dos Correios.

O assunto criou impasse entre o Supremo e o Congresso nas últimas semanas, uma vez que a Prece é, conforme aponta a CPI, o fundo que concentra mais irregularidades e que tem a maioria dos envolvidos identificados. O ministro Pertence concordou com os argumentos apresentados pela comissão na semana passada em pedido de reconsideração que justificou a necessidade da quebra dos sigilos.



Comissão deve mostrar irregularidades na Prece e em outros fundos de pensão, afirma Delcídio Amaral

O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), afirmou que a decisão do STF prova que há uma lógica nas investigações. De acordo com o parlamentar, essa determinação só não havia sido proferida porque o ministro não dispunha dos dados

para fazer uma avaliação mais completa.

– Temos todas as condições para mostrar que houve irregularidades na Prece e em outros fundos – disse o senador.

Para o sub-relator de Fundos de Pensão, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), a queda da liminar é uma vitória do Congresso. Segundo o deputado, apesar da decisão do

STF, está mantida a resolução de não incorporar os dados relativos aos fundos à "prestação de contas" que será divulgada hoje pelo relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Essas informações serão apresentadas posteriormente.

Relatório parcial deve detalhar denúncias sobre Visanet

Está confirmada para a manhã de hoje a divulgação do relatório de "prestação de contas" elaborado pelo relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio. Ele adiantou que o documento trará mais informações a respeito da Visanet – operadora de cartão de crédito do Banco do Brasil que teria adiantado de forma irregular recursos para a DNA, agência de Marcos Valério responsável pela publicidade do banco à época.

Segundo o relator, com tal procedimento, pelo menos R\$



De acordo com Serraglio, R\$ 10 milhões da Visanet foram parar no valerioduto

10 milhões foram parar no valerioduto. Já o relator-adjunto, deputado Eduardo Paes (PSDB-

RJ), disse que o documento pretende consolidar as informações até agora apresentadas e tentar explicar o funcionamento do valerioduto. Além da apresentação do relatório, a CPI votará requerimentos.

Ainda hoje, às 15h, a comissão ouve Giovanni Servolo, dono da agência de publicidade Giovanni-FCB, e Reginaldo Reges Menezes Fernandes, que teria participado do envio para o exterior de recursos obtidos com o superfaturamento dos contratos entre a SkyMaster e os Correios.

PEC que reduz período de recesso do Congresso está na pauta do Senado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode examinar até 14 de fevereiro substitutivo à proposta de emenda à Constituição apresentada pelo então senador Jader Barbalho que reduz a duração do recesso do Congresso e veda o pagamento de ajuda de custo durante as convocações extraordinárias.

A proposta (PEC 3/00) prevê período de recesso de menos de dois meses por ano legislativo – o mês de julho e de 21 de dezembro a 4 de janeiro. Em substitutivo ao projeto, o relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), fixa as datas de funcionamento do Congresso entre 20 de janeiro e 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro. Assim, a duração dos recessos ficará limitada a dois meses por ano legislativo e não mais a três meses, como fixa a Constituição.

Valadares argumenta que o recesso de final de ano com duração



Roosevelt Pinheiro

Valadares argumenta que recesso menor reduz necessidade de convocação

de um mês limitará bastante a necessidade de convocação extraordinária. Ele considera essencial manter o recesso do mês de julho para possibilitar o contato dos parlamentares com suas bases eleitorais.

A PEC proíbe ainda o pagamento de ajuda de custo a parlamentares na hipótese de convocação extraordinária, prevendo esse pagamento somente na posse e no término do mandato.

Ensino fundamental pode ter duração de nove anos

Projeto de lei que aumenta para nove anos a duração mínima do ensino fundamental está na pauta da convocação extraordinária. A matéria, de autoria da deputada Professora Raquel Teixeira (PSDB-GO), encontra-se na Comissão de Educação, onde será designado o relator.

O projeto (PLC 144/05) altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para determinar que o estudante inicie o ensino fundamental aos seis anos de idade e cumpra currículo de, no mínimo, nove anos de duração. Dessa forma, o período escolar obrigatório e gratuito

nas escolas públicas garantido no texto da LDB em vigor será aumentado em um ano.

Os municípios, os estados e o Distrito Federal terão, conforme o projeto, prazo até 2010 para implementar as alterações. A proposta estabelece ainda que o poder público realize o recenseamento dos estudantes do ensino fundamental.

Segundo a LDB, o ensino fundamental visa à formação básica do cidadão tendo como meios o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, além da compreensão do ambiente natural e social, entre outras habilidades.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem da Comissão Representativa do Congresso Nacional foi presidida pelo senador Renan Calheiros

Comissão do salário mínimo será ampliada

O presidente do Senado, Renan Calheiros, atendendo a questão de ordem do deputado Rogério Teófilo (PPS-AL), ampliou o número de integrantes da Comissão Mista do Salário Mínimo, hoje com oito membros de cada Casa.

O deputado argumentou que o Regimento Comum do Congresso define que as comissões mistas, à exceção das de inquérito e do Orçamento, devam ter 11 representantes de cada Casa e que, caso as bancadas minoritárias, feito o cálculo de proporcionalidade partidária, não consigam vaga, esse número sobe para 12, havendo rodízio entre os partidos no preenchimento da vaga extra.

São hoje titulares da Comissão do Salário Mínimo os senadores Paulo Paim (PT-RS), José Jorge (PFL-PE), Alvaro Dias (PSDB-PR), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Ney Sussana (PMDB-PB), Luiz Otávio (PMDB-PA), João Ribeiro (PL-TO) e Cristovam Buarque (PDT-DF); e os deputados Vicentinho (PT-SP), Cláudio Rorato (PMDB-PR), Fábio Souto (PFL-BA), Walter Barelli (PSDB-SP), Leodegar Tiscoski (PP-SC), Jackson Barreto (PTB-SE), Luiz Antônio de Medeiros (PL-SP) e Vittorio Medioli (PV-MG).

Pesar pela morte de Ângelo Magalhães

O Senado aprovou ontem requerimento de voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal Ângelo Magalhães, irmão do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e pai do também deputado federal Paulo Magalhães (PFL-BA). O ex-parlamentar morreu no último dia 18, aos 80 anos, de problemas renais.

O senador José Agripino (PFL-RN) disse que Ângelo Magalhães foi uma figura importante para a Bahia e para o Congresso Nacional, dotado de “espírito público a toda prova”.

Congresso acolhe 19 pedidos de créditos suplementares feitos pelo Executivo. Recursos deverão ser empenhados até o fim do mês e liberados em 2006 como “restos a pagar”

Aprovados créditos para ministérios e órgãos da administração pública

A Comissão Representativa do Congresso Nacional, reunida pela primeira vez nesta convocação extraordinária dos deputados e senadores, aprovou ontem 19 pedidos do Executivo relativos à abertura de créditos para ministérios e órgãos da administração pública. Os recursos, no valor de R\$ 9,8 bilhões, beneficiam especialmente a Previdência Social, os programas de combate à fome e as Forças Armadas. Cerca de R\$ 6 bilhões saíram do superávit primário das contas públicas e o restante veio de remanejamentos de órgãos do governo, conforme cálculo do deputado Pauderney Avelino (PFL-AM).

A comissão voltará a se reunir hoje para exame de outros 18 pedidos de

créditos, que somam mais R\$ 8,4 bilhões. Esse dinheiro deverá ser empenhado até o fim deste mês, sendo liberado somente em 2006, como “restos a pagar”. Os ministérios já estavam contando com os recursos e muitos já haviam tomado as providências para seu gasto.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, que preside a comissão, informou que, após a votação dos créditos, será feito um adendo à lista de projetos que o Congresso examinará a partir de 16 de janeiro, para incluir o projeto do Orçamento da União para 2006. Se o projeto estivesse na primeira lista, a Comissão Representativa não poderia ter votado os créditos, porque, nesse caso, a competência

seria do Plenário do Congresso.

Durante a votação, Heloísa Helena (PSOL-AL) denunciou que em muitos dos remanejamentos o governo estava tirando dinheiro de uma área para jogar em outra. Um crédito para o ProUni estava saindo do programa de residência médica dos hospitais universitários, exemplificou.

O maior crédito, no valor de R\$ 7,1 bilhões, foi destinado aos ministérios da Previdência, do Trabalho e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que, entre outros, pagará aposentadorias do INSS e benefícios para deficientes e idosos, além da expansão do sistema de emprego (Sine). O IBGE recebeu dinheiro para realizar o censo agropecuário.



Na primeira reunião da convocação extraordinária, a Comissão Representativa autorizou créditos que beneficiam especialmente a Previdência Social

Tuma destaca importância dos recursos para PF e Forças Armadas



Romeu Tuma elogia Renan por ter viabilizado a aprovação dos créditos suplementares

Romeu Tuma (PFL-SP) cumprimentou o presidente do Congresso, Renan Calheiros, por ter reunido ontem a Comissão Representativa e viabilizado a aprovação de créditos suplementares. O recurso, assinalou, evita que a Polícia Federal em Brasília sofra corte de energia elétrica por falta de pagamento e que as Forças Armadas fiquem impossibilitadas de fornecer alimentação à tropa.

Renan afirmou que a reunião da comissão demonstra que o atual processo orçamentário está esgotado. Como exemplo, citou a necessidade que o Senado teve de cortar investimentos para pagar reajuste aos servidores, pois o governo só agora liberou a suplementação de recursos. Para o deputado Gilmar Machado (PT-MG), o atraso na votação das propostas não é culpa só do governo. – Algumas matérias estão no Congresso desde agosto. Todos têm responsabilidade – disse.

Se for discriminada, oposição pode obstruir votações, diz Agripino



Agripino quer garantir recursos a regiões beneficiadas por emendas de parlamentares da oposição

José Agripino (PFL-RN) advertiu ontem, ao final da reunião da Comissão Representativa, que, se o governo discriminar as regiões beneficiadas com emendas de parlamentares da oposição, o PFL – partido do qual é líder – entrará em obstrução e não votará os 11 créditos suplementares que estão na pauta da reunião de hoje.

O senador enfatizou que a oposição colaborou com o governo aceitando que a lei do Orçamento não fosse incluída na pauta da convocação extraordinária do Congresso, o que possibilitará que 30 créditos sejam apreciados pela Comissão Representativa, onde a realização de um acordo é mais fácil. Dos 30 créditos, 19 foram aprovados ontem.

– Votar 30 créditos no fim do ano demonstra a falta de planejamento do governo, que agora retira verbas de um ministério e coloca em outro – criticou.



Para Arthur Virgílio, acabaria a troca de liberação de verba por voto favorável no Congresso

Arthur Virgílio quer orçamento impositivo

A proposta de um orçamento impositivo – que garante a execução das despesas conforme tenham sido aprovadas pelo Congresso, ou seja, sem que o Executivo possa contingenciar esses recursos – foi defendida ontem por Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB no Senado. Ele afirmou que a proposta visa “retirar o poder de barganha do governo federal, tanto deste como dos outros”.

– Sem esse poder, acabam as negociações em que o Executivo condiciona a liberação de verbas a votações favoráveis no Congresso – argumentou.

Quanto ao Orçamento de 2006, o senador frisou que “a matéria passará se for boa para o país aos olhos da oposição; do contrário, não passará”, e atribuiu o atraso na apreciação da matéria à desarticulação política do governo.

Mão Santa critica aprovação de créditos

Mão Santa (PMDB-PI) criticou a aprovação, pela Comissão Representativa do Congresso, de 19 projetos que reforçam as dotações orçamentárias de vários ministérios e órgãos federais. Para ele, a liberação de R\$ 9,8 bilhões não poderia ter sido feita sem planejamento prévio e no período de recesso.

– Isso é ridículo, é abaixo da moral. É muito dinheiro para se aprovar no apagar das luzes – reclamou o senador.

Mão Santa disse ainda que o final do ano deveria ser reservado para a prestação de contas dos gestores públicos.

Proposta integra relatório final da comissão mista que foi criada com o objetivo de elaborar projetos visando à complementação da reforma do Poder Judiciário

Senado analisa regras para a edição de súmula vinculante

Uma das matérias que serão analisadas pelo Senado no período de convocação extraordinária do Congresso é o projeto que regulamenta a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta faz parte do relatório final da Comissão Especial Mista da Reforma do Judiciário, que foi entregue pelo relator, senador José Jorge (PFL-PE), ao presidente do Senado, Renan Calheiros, na semana passada.

O parecer da comissão mista, que teve como presidente o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), apresenta outros quatro projetos, dispendo sobre o recurso extraordinário ao STF, os pedidos de federalização de crimes contra os direitos humanos, a criação do Fundo Garantidor das Execuções Trabalhistas (FGET) e ampliação da competência da Justiça do Trabalho.

Requerimentos de urgência para a tramitação de 15 propostas (dez na Câmara e cinco no Senado) que alteram os códigos de Processo Penal e de Processo Civil também integram o relatório. O documento sugere a criação



José Eduardo Cardozo e José Jorge entregam o relatório final a Renan Calheiros (E)

de duas subcomissões temporárias para exame das mudanças processuais pelas comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara. A idéia de criar subcomissões foi proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Distrito Federal.

O relatório defende ainda a adoção de regime de urgência

para o exame, pelo Senado, do projeto que racionaliza a tramitação de processos repetitivos na Justiça e solicita alteração na Lei 9.882/99, para legitimar qualquer pessoa lesada ou ameaçada pelo poder público a propor arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) perante o STF.

Decisão do STF será cumprida pelo Judiciário e administração pública

A súmula vinculante objetiva uniformizar decisões judiciais, como forma de evitar a multiplicação de processos sobre questão idêntica e a insegurança jurídica, causada por decisões diferentes sobre o mesmo assunto. O projeto estabelece que esse instrumento será adotado pelo STF mediante a aprovação de dois terços dos seus membros, e terá efeito sobre os demais órgãos do Judiciário e da administração pública.

Ampliar a hipótese de análise de recurso extraordinário pelo Supremo é o objetivo de outra proposta da comissão mista. De acordo com a Constituição federal, compete à alta corte julgar, por recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, cujas sentenças tenham contrariado dispositivo constitucional ou declarado a inconstitucionalidade de tratado

ou lei federal.

O relatório propõe ainda o Fundo Garantidor das Execuções Trabalhistas, a fim de assegurar o recebimento de indenizações pelos empregados. A comissão também apresentou projeto dispendo sobre o pedido de federalização dos crimes contra os direitos humanos. Segundo a proposta, o procurador-geral da República poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, o deslocamento de competência para a Justiça Federal.

O quinto projeto trata da competência suplementar da Justiça Trabalhista. A medida determina que a Justiça do Trabalho será o juízo próprio para o qual terão que convergir os conflitos decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que venham a decorrer da execução de um contrato de emprego.

Esforço pela regulamentação inclui tribunais

Além do Congresso, outras instituições também são responsáveis pela apresentação de projetos regulamentando a reforma do Judiciário.

Entre os dispositivos a serem regulamentados pelo Supremo Tribunal Federal, estão o ingresso na carreira da magistratura; critérios de promoção e acesso aos tribunais, férias dos juízes; e criação de ouvidorias.

As propostas de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST) referem-se à criação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho, da Justiça itinerante e de varas.

Proposta regulariza a situação de novos municípios em vários estados

Será submetido ao Plenário durante a convocação extraordinária a proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) que regulariza a situação de 55 municípios cujos processos de criação foram interrompidos por conta de emenda constitucional (EC) aprovada em 1996.

Quando a emenda foi promulgada, várias comunidades haviam iniciado o processo de transformação de distritos em municípios. Algumas chegaram a promover plebiscito e outras até mesmo elegeram prefeitos, mas não conseguiram a homologação pelo Supremo Tribunal Federal.

O texto da EC 15/96 determina que os requisitos e procedimentos para a criação de município, que antes eram definidos apenas por lei estadual, devem ser previstos em lei complementar federal.

Com apoio dos líderes, a proposta de Luiz Otávio foi aprovada, em primeiro turno, no dia 23 de novembro, na forma de subs-

titutivo de Rodolpho Tourinho (PFL-BA). O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), ao destacar o acordo entre governo e oposição, afirmou tratar-se de uma homenagem ao ex-deputado Luís Eduardo Magalhães, cujo nome foi dado a um dos novos municípios criados na Bahia e que se encontra nessa situação.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse, na ocasião, que o estado de Goiás também será contemplado, pois a emenda permite regularizar os municípios de Gameleira de Goiás, Montes Claros de Goiás, Lagoa Santa e Ipiranga de Goiás.

Outros parlamentares falaram de processos de criação de municípios ainda pendentes. O Acre, por exemplo, lembrou o senador Sibá Machado (PT-AC), tinha apenas 12 municípios em 1992, quando se iniciou um processo para instituir mais 14 unidades federativas. Dessas, dez tiveram seus processos concluídos e quatro ficaram pendentes.



O Plenário vai votar projeto de Luiz Otávio que legaliza 55 municípios

Plenário decidirá sobre isenção de IPI a motocicleta para serviço de mototáxi

A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de motocicletas destinada ao transporte autônomo de passageiros é o que prevê um dos projetos na pauta da convocação extraordinária.

De autoria do senador Leonel Pavan (PSDB-PR), a proposta (PLS 240/04) estende aos mototaxistas vantagem já assegurada aos proprietários de táxis. A matéria recebeu aprovação, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas houve recurso para que fosse submetida a votação no Plenário.

O projeto acolhido na CAE, com parecer favorável do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), garante isenção do IPI apenas para motocicletas com motor entre 120 a 250 cilindradas, desde que adquiridas por profissional ou cooperativa que presta serviço

de mototáxi, com devida autorização, permissão ou concessão do poder público.

Ao justificar o projeto, Pavan destaca que a categoria vem prestando serviço imprescindível à sociedade, pela rapidez com que executa o serviço de transporte. Observa, ainda, que a atividade possui a vantagem de reduzir o volume de tráfego nas cidades, com menos poluição e economia de combustível.

A proposta impede que a isenção seja concedida aos mesmos beneficiários em nova compra de moto efetuada em prazo inferior a três anos desde a aquisição anterior. Também determina a isenção do IPI sobre as transações que envolvam as matérias-primas e produtos intermediários utilizados na produção das motos, bem como o material de embalagem destinado ao transporte.